

# AS PERIFERIAS EXISTENCIAIS E OS LGBT+

Luís Corrêa Lima<sup>1</sup>

## Resumo:

Uma nova realidade surge na sociedade com a visibilização da população LGBT+. É preciso compreendê-la e buscar caminhos para a sua cidadania, superando preconceitos e hostilidades que têm efeitos devastadores. A Bíblia, o ensinamento da Igreja e a sua pastoral precisam ser devidamente considerados à luz desta realidade. O pontificado de Francisco traz valiosas contribuições para isto. Ele se empenha por uma Igreja em saída, que vá ao encontro dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências; as chamadas periferias existenciais. O papa traz novos matizes no ensinamento da Igreja, seguindo a linha do Concílio Vaticano II sobre a liberdade e a autonomia da consciência, a evolução da doutrina e a hierarquia de verdades. E deu exemplos marcantes na linha do acolhimento. São gestos e palavras que abrem caminhos promissores na complexa relação entre a Igreja e os LGBT+.

**Palavras-chave:** Papa Francisco, Igreja Católica, homofobia, transfobia.

## 1 - Um novo contexto na sociedade e na Igreja

A Igreja Católica vive um tempo de renovação pastoral impulsionado pelo Papa Francisco. Ele a convoca a ser uma “Igreja em saída” (*EG*, n. 20), a ir às “periferias existenciais”, ao encontro dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. É preciso abrir o coração aos que vivem nestas mais variadas periferias. Os pastores são convidados a escutar com carinho e serenidade, com o desejo sincero de entrar no âmago do drama das pessoas e compreender o seu ponto de vista, para ajudá-las a viver melhor e reconhecer o seu lugar na igreja (*AL*, n. 312).

Quando o papa retornou do Brasil a Roma, disse algo que teve muita repercussão: “Se uma pessoa é *gay*, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar estas pessoas por isso” (FRANCISCO, 2013a). Esta declaração é inédita na boca de um papa. Em vez do termo homossexual, comum no discurso eclesial, ele emprega o termo *gay*. Francisco retoma o ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a liberdade e a autonomia da consciência. Trata-se do direito de a pessoa agir segundo a norma reta da sua consciência, e o dever de não agir contra ela. Nela está o “sacrário da pessoa”, onde Deus está presente e se manifesta. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos outros

---

<sup>1</sup> Padre jesuíta, historiador e professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

homens no dever de buscar a verdade, e de nela resolver os problemas morais que surgem na vida individual e social (DH, n. 3; GS, n. 16).

O papa traz este ensinamento do Concílio para a realidade dos *gays*. Mover-se às periferias existenciais leva ao encontro com a diversidade sexual e de gênero, expressa na sigla LGBTQ+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e outros). Convém esclarecer alguns termos. Travestis são pessoas que vivenciam papéis femininos, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres. Transexuais são pessoas que não se identificam com o sexo que lhes é atribuído ao nascerem, e sim com o outro sexo. Pode haver homem transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como homem, e mulher transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Tanto travestis como transexuais são transgênero (ou simplesmente *trans*), isto é, pessoas que não se identificam com o sexo que lhes é atribuído ao nascerem. O contrário são cisgênero, pessoas identificadas com o sexo atribuído ao nascerem (JESUS, 2012).

Um dos sinais mais notáveis do mundo atual é a ampla visibilidade da população LGBTQ+. No passado, muitos deles viviam à margem da sociedade ou mesmo no anonimato. Vários *gays* e lésbicas se escondiam no casamento tradicional, constituído pela união heterossexual. Alguns formavam guetos em espaços de convivência bastante reservados, como forma de se protegerem. Mas hoje eles fazem grandes paradas, estão presentes em filmes e telenovelas, buscam reconhecimento, exigem ser respeitados e reivindicam os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. A população LGBTQ+ está em toda parte. Quem não faz parte dela tem parentes próximos ou distantes que fazem, velada ou manifestamente, bem como vizinhos ou colegas de trabalho.

Esta ampla visibilidade também manifesta os problemas que a aflige. Há uma forte aversão a homossexuais: a homofobia; e a travestis e transexuais: a transfobia. Tal aversão produz diversas formas de violência física, verbal e simbólica contra estas pessoas. Há pais de família que já disseram: “prefiro um filho morto a um filho *gay*”. Entre os palavrões mais ofensivos que existem, constam a referência à condição homossexual e ao sexo anal, comum no homoerotismo masculino. Ou seja, é xingamento.

Muitas vezes, quando se diz que alguém “não é homem” ou “não é mulher”, entende-se que é homossexual. Como se ser homem ou ser mulher fosse reservado a pessoas heterossexuais, e os homossexuais pertencessem a uma sub-humanidade. No Brasil e em muitos países são frequentes os homicídios, sobretudo de travestis. Há também suicídio de muitos adolescentes que se descobrem *gays* ou lésbicas, e mesmo de adultos. Eles e elas chegam a esta atitude extrema por pressentirem a rejeição hostil

da própria família e da sociedade. Tal hostilidade gera inúmeras formas de discriminação e, mesmo que não leve à morte, traz frequentemente tristeza profunda ou depressão.

O padre Júlio Lancellotti trabalha na cidade de São Paulo com a população de rua. Ele relata a situação dramática que encontra:

Na missão pastoral tenho conversado com vários LGBTs que estão pelas ruas da cidade, alguns doentes, feridos, abandonados. Muitos relatam histórias de violência, abuso, assédio, torturas e crueldades. Alguns contam como foram expulsos das igrejas e comunidades cristãs, rejeitados pelas famílias em nome da moral. Testemunhei lágrimas, feridas, sangue e fome. Impossível não reconhecer neles a presença do Senhor Crucificado! (LANCELLOTTI, 2015).

Há também muitos LGBT+ na Igreja Católica. São pessoas que nasceram e foram criadas neste ambiente, têm fé e em certo momento descobriram esta orientação sexual ou identidade. Vários deles participam ativamente de suas comunidades, mas não poucos se afastaram e se afastam por se depararem com incompreensão e hostilidade. É preciso que eles e elas encontrem fiéis e ministros religiosos sensíveis às suas feridas e dificuldades, e também aos seus talentos e potencialidades. Os LGBT+ se situam nas periferias existências e a solicitude pastoral da Igreja também deve contemplá-los. Com a devida compreensão da sua realidade, eles podem ser ajudados na busca de Deus e de sentido para a vida, no cultivo da vida espiritual e da autoestima, na cura de feridas exteriores e interiores, no fomento do apoio mútuo, da vida eclesial, do apostolado e da ação no mundo (LIMA, 2017).

## 2 - A Bíblia e a história

Não se pode negligenciar o que o livro sagrado dos cristãos diz sobre a atração entre pessoas do mesmo sexo, nem os desdobramentos históricos que daí se seguiram. Mas é preciso se tratar deste assunto com a devida profundidade, indo além da leitura ao pé da letra. A Revelação divina testemunhada na Bíblia é expressa de diversos modos. Segundo o Concílio, o leitor deve buscar o sentido que os autores sagrados em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretenderam exprimir servindo-se dos gêneros literários então usados. Devem-se levar em conta as maneiras próprias de sentir, dizer ou narrar em uso no tempo deles, como também os modos que se empregavam frequentemente nas relações entre os homens daquela época (DV, n. 12).

No judaísmo antigo, acreditava-se que o homem e a mulher foram criados um para o outro, para se unirem e procriarem, conforme o imperativo “crescei e multiplicai-vos” (Gn 1,28). Supõe-se que todos são cisgênero e heterossexuais. Este texto foi escrito no tempo do exílio judaico na Babilônia. Para o povo expulso de sua terra e

submetido a uma potência estrangeira, crescer era fundamental para a sobrevivência da nação e da religião. Não se nega o desígnio divino de que a humanidade se espalhe pela terra, mas a necessidade de sobrevivência do povo judeu naquele tempo era urgente.

O sêmen do homem supostamente continha o ser humano inteiro, e devia ser colocado no ventre da mulher assim como a semente é depositada na terra. Não se conhecia o óvulo. O próprio nome sêmen está ligado a semente. Ele jamais deveria ser desperdiçado, como mostra a história de Onã. Ele se casou com Tamar, viúva de seu irmão Her, que morreu sem ter descendente. Conforme a lei do Levirato (Dt 25,5-10), Onã deveria suscitar uma posteridade a seu irmão, e o primeiro filho homem deveria ter o nome deste irmão falecido, Her. Mas Onã praticou coito interrompido, ejaculando fora da vagina de sua esposa e impedindo-a de conceber. Onã foi fulminado por Deus, como punição por esta transgressão (Gn 38,1-10).

É neste contexto que a relação sexual entre dois homens era inadmissível. Israel devia se distinguir das outras nações de várias maneiras, com o seu culto, sua lei e seus costumes, segundo o código de santidade do Livro do Levítico. Aí se inclui a proibição do homoerotismo, considerado abominação (Lv 18,22). Proíbe-se também, e com rigor: trabalhar no sábado, comer carne de porco ou frutos do mar, aparar o cabelo e a barba, tocar em mulher menstruada durante sete dias, usar roupa tecida com duas espécies de fio, plantar espécies diferentes de semente em um mesmo campo e acasalar animais de espécies distintas. Quando o cristianismo, nascido em Israel, expandiu-se entre os povos não judeus, a santidade do Levítico não se tornou norma para estes povos, mas a proibição do homoerotismo sim, conforme se verá adiante.

A esta proibição soma-se a história de Sodoma e Gomorra, cujo pecado clamou aos céus e resultou no castigo divino destruidor (Gn 19). O pecado foi recusar a hospitalidade aos que visitavam o patriarca Ló, a ponto de tentarem violentar sexualmente estes visitantes. Com frequência, a violência sexual era uma forma de humilhação imposta por exércitos vencedores aos vencidos. Inicialmente, o delito de Sodoma era visto como “orgulho, alimentação excessiva, tranquilidade ociosa e desamparo do pobre e do indigente” (Ez 16,49). Através do profeta, o Senhor diz: “Tornaram-se arrogantes e cometeram abominações em minha presença” (Ez 16,50). Vários séculos depois, tal pecado foi identificado com o homoerotismo, mas na origem ele nada tem a ver com o amor entre pessoas do mesmo sexo, ou mesmo com relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas do mesmo sexo.

No Novo Testamento, a Carta aos Romanos afirma que quem ama o próximo cumpriu a lei, pois os mandamentos se resumem em amar ao próximo como a si mesmo (Rm 13,8-10). Este é o espírito dos mandamentos e o critério de sua interpretação. Mas

ao refutar o politeísmo, o apóstolo Paulo o associa ao homoerotismo (Rm 1,18-32). Os pagãos são acusados de não adorar o Deus único, mas as criaturas, e de permitir essa prática sexual vista como abominação pelos judeus. Tal comportamento é considerado castigo divino por causa de uma prática religiosa errada: “Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas”. Outros escritos paulinos têm a mesma posição, em que prováveis referências ao homoerotismo estão ligadas à idolatria e à irreligião (1Cor 6,9-11; 1Tm 1,8-11). No contexto judaico-cristão da Antiguidade, este argumento era compreensível. Não havia o conceito de orientação sexual, estrutura profundamente enraizada na pessoa, com relativa estabilidade, levando-a à atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. A orientação sexual nada tem a ver com a crença em um ou em vários deuses, ou com qualquer prática religiosa. Mas, no contexto da Antiguidade, a Igreja herdou a visão antropológica judaica da heterossexualidade universal com suas interdições. Tudo isso deve ser levado em conta. Usar este argumento de Paulo hoje seria como dizer a uma pessoa heterossexual que, se ela aderir a uma religião pagã, vai se tornar homossexual. Isto não faz sentido. É uma superstição.

A religião cristã se expandiu e se tornou hegemônica em muitos países, chegando a se tornar religião de Estado. O homoerotismo foi classificado como “sodomia” e criminalizado por muitos séculos. Para a Igreja, a sodomia era um crime horrendo: provocava tanto a ira de Deus a ponto de causar tempestades, terremotos, pestes e fomes que destruíam cidades inteiras. Era algo indigno de ser nomeado, um “pecado nefando” do qual nem se deve falar, e muito menos se cometer (VIDE, 2007, p. 331-332). Tribunais civis e mesmo eclesiásticos, como a Inquisição, julgavam os acusados deste delito. Os culpados eram entregues ao poder civil para serem punidos, até mesmo com a morte.

É compreensível que, por milênios, males como tempestades, terremotos, pestes, pragas agrícolas, fomes e derrotas militares fossem vistos como intervenção divina direta, em punição pelos pecados dos homens; e a ausência desses males, como bênção. Era uma espécie de envolvimento do sobrenatural na vida cotidiana, excluindo possíveis causas naturais. E ainda hoje há quem atribua a pandemia da Covid-19 à punição divina pelo comportamento dos LGBT+. Com o advento do Iluminismo e a valorização da razão humana autônoma, independente da Revelação, passou-se a considerar a prática sexual exercida sem violência ou indecência pública como algo que não devia cair sob o domínio da lei. Teve início uma crescente descriminalização da sodomia. A modernidade, impulsionada pelo Iluminismo, trouxe a separação entre Igreja e Estado, a autonomia das ciências e os direitos humanos, que restringem o poder do soberano sobre o súdito e ampliam a liberdade da pessoa em relação à coletividade.

No século XIX, surge o termo homossexualidade, que não tem a conotação religiosa de sodomia. A questão é trazida do âmbito religioso e moral para o âmbito médico. O que até então era visto como abominação passa a ser considerado doença. Por muitas décadas, pessoas homossexuais eram internadas em sanatórios. Chegou-se até mesmo ao uso de choque elétrico no tratamento médico dessas pessoas.

A partir dos anos 1970, houve uma progressiva despatologização da homossexualidade, impulsionada pelo crescimento do movimento gay. Nos anos 1990, a Organização Mundial de Saúde a retirou da lista de doenças. Organizações de médicos e de psicólogos declararam que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio, nem perversão; e proibiram seus profissionais de colaborarem em serviços que propõem o seu tratamento e cura. Assim se reconhece que algumas pessoas são gays ou lésbicas e o serão por toda a vida. Não se trata de opção, mas de condição ou orientação. A transgeneridade também foi despatologizada. Hoje no Brasil travestis e transexuais podem fazer tratamento de transexualização, inclusive na rede pública de saúde. A mudança de nome no registro civil é permitida. A homofobia e a transfobia foram criminalizadas e equiparadas ao racismo.

O magistério da Igreja reconhece a mudança em curso na interpretação da Bíblia. Em um documento intitulado “*O que é o homem? (Sl 8,5): itinerário de antropologia bíblica*” (PCB, 2019), delineia-se uma nova compreensão a respeito das uniões entre pessoas do mesmo sexo, sem condená-las, mesmo afirmando que não há exemplo do seu reconhecimento legal na tradição bíblica:

Sabemos que diversas afirmações bíblicas, em âmbito cosmológico, biológico e sociológico, foram gradualmente consideradas ultrapassadas pela progressiva afirmação das ciências naturais e humanas; analogamente – deduzem alguns – uma compreensão nova e mais adequada da pessoa humana impõe uma radical reserva em relação à exclusiva valorização da união heterossexual, em favor de uma análoga acolhida da homossexualidade e das uniões homossexuais como expressão legítima e digna do ser humano (n. 185).

Em seguida, o documento trata de textos da Bíblia usados para condenar a prática da homossexualidade, incluindo os mencionados no Catecismo (Gn 19,1-29; Rm 1,24-27; 1Cor 6,10; 1Tim 1,10), mostrando outras interpretações não condenatórias (PCB, 2019, n. 185-195). Tais posições são mencionadas sem adesão e sem rejeição. A novidade deste documento vindo de Roma é situar a questão da homossexualidade na perspectiva da evolução da doutrina. Há um nítido sinal de mudança em curso.

### **3 - O ensinamento moral da Igreja em perspectiva inclusiva**

Alguns princípios da modernidade foram assimilados pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II. Além do novo enfoque da evangelização e da leitura da Bíblia, o

Concílio legitimou a separação entre Igreja e Estado, a autonomia da ciência e reconheceu a liberdade de consciência. Nenhuma palavra externa substitui a reflexão e o juízo da própria pessoa. O Catecismo da Igreja Católica aprofunda este ensinamento e cita o cardeal Newman: “a consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo” (CIC, 1997, n. 1778). É ela quem primeiro representa Cristo para o fiel. A vida espiritual e a reflexão muito ajudam o fiel a ouvir a voz do Senhor e a discernir os seus sinais.

Certa vez o Papa Bento XVI afirmou que o cristianismo não é um conjunto de proibições, mas uma opção positiva. E acrescentou que é muito importante evidenciar isso novamente, porque essa consciência hoje quase desapareceu completamente (BENTO XVI, 2006). É muito bom que um Papa tenha reconhecido isto, pois há no cristianismo uma história multissecular de insistência na proibição, no pecado, na culpa, na ameaça de condenação e no medo. Pode-se falar de uma “pastoral do medo”, que com veemência culpabiliza as pessoas e as ameaça de condenação eterna para obter a sua conversão. Isto não se restringe ao passado. Ainda hoje, em diversas igrejas e ambientes cristãos, muitos interpretam a doutrina de maneira extremamente restritiva e condenatória, com obsessão pelo pecado, sobretudo a respeito de sexo. As proibições ligadas à mensagem cristã frequentemente repercutem mais do que o seu conteúdo positivo. Isto se observa tanto dentro da Igreja, entre os fiéis, quanto fora, entre os que a criticam. Há um foco excessivo na proibição. É fundamental buscar na mensagem cristã o seu componente positivo, para que ela seja boa nova, Evangelho.

O papa Francisco segue esta linha com determinação. Ele diz que “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes, parece que prevalece a ordem inversa” (FRANCISCO, 2013b). Este anúncio deve concentrar-se no essencial, que é também o que mais apaixona e atrai, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como o dos discípulos de Emaús, que se encontraram com Cristo ressuscitado. A proposta evangélica deve ser mais simples, profunda e irradiante. É desta proposta que vêm depois as consequências morais. Nesta perspectiva, o confessionário não é uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos (FRANCISCO, 2013b).

O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e nos salva, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos. A Igreja não deve ser uma alfândega dos sacramentos, mas a casa paterna onde há lugar para todos que enfrentam fadigas em suas vidas. Todos podem participar da vida eclesial e fazer parte da comunidade. A Eucaristia, plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os que necessitam de forças (EG, n. 39 e 47).



O conhecimento da verdade é progressivo, observa o papa. A compreensão do homem muda com o tempo, e sua consciência se aprofunda. Recorde-se o tempo em que a escravidão era aceita e a pena de morte era admitida sem nenhum problema. Os exegetas e os teólogos, como também as outras ciências e a sua evolução, ajudam a Igreja a amadurecer o próprio juízo. Como consequência, há normas e preceitos eclesiais secundários que em outros tempos foram eficazes, mas que hoje perderam valor ou significado. Uma visão da doutrina da Igreja como um bloco monolítico a ser defendido sem matizes é errada (FRANCISCO, 2013b). Portanto os fiéis cristãos, incluindo os LGBT+, devem procurar ser adultos na fé, atentos às contribuições das ciências que ajudam a Igreja a amadurecer seu juízo. Eles não devem se encapsular em posturas intransigentes avessas à reflexão crítica e ao diálogo.

O Concílio afirma que há uma ordem ou hierarquia de verdades no ensinamento da Igreja, segundo o seu nexos com o fundamento da fé cristã. Alguns conteúdos são mais importantes por estarem estreitamente ligados a este fundamento. Outros, por sua vez, são menos importantes por estarem menos ligados a ele (UR, n. 11). Para Francisco, esta ordem é válida tanto para os dogmas de fé como para os demais ensinamentos da Igreja, incluindo a sua mensagem moral. Nesta, há uma hierarquia nas virtudes e ações. A misericórdia é a maior das virtudes. As obras de amor ao próximo são a manifestação externa mais perfeita da graça interior do Espírito. Os preceitos dados por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus são pouquíssimos. E os preceitos adicionados posteriormente pela Igreja devem ser exigidos com moderação, para não tornar pesada a vida aos fiéis e nem transformar a religião numa escravidão (EG, n. 36-37 e 43).

A moral sexual tem como uma de suas principais referências o mandamento do Decálogo: “não pecar contra a castidade”. Originalmente o mandamento é “não cometerás adultério” (Ex 20,14), mas a catequese cristã nele incorporou outros ensinamentos bíblicos e tradicionais relativos à sexualidade. A relação sexual é conjugalizada. Não é permitida fora da união indissolúvel entre um homem e uma mulher. Mas hoje o conceito de castidade incorpora um elemento novo para além da conduta, envolvendo a totalidade da pessoa. O Catecismo define a castidade primeiramente como a integração da sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma (CIC, 1997, n. 2337). Esta integração é um caminho gradual, um crescimento pessoal em etapas, que passa por fases marcadas pela imperfeição e até pelo pecado (n. 2343). A gradualidade na aplicação da lei moral é quase desconhecida em muitos ambientes católicos, e por isso deveria ser amplamente ensinada. Muitas vezes há o triunfo do tudo ou nada, do radicalismo estéril, e não a busca do bem possível. E só pode haver uma integração bem-sucedida se a pessoa viver em paz com a sua própria



sexualidade, amando o seu semelhante e a si mesma. Os caminhos e as condutas neste campo não podem prescindir jamais desta integração.

Aos que manifestam a orientação homossexual, deve-se assegurar um acompanhamento respeitoso para que possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar a vontade de Deus em suas vidas (AL, n. 250). Mas Francisco faz um alerta incisivo contra o moralismo que muitas vezes reina em ambientes cristãos e na hierarquia da Igreja Católica, visando fomentar o devido respeito à consciência e à autonomia dos fiéis:

[...] nos custa dar espaço à consciência dos fiéis, que muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites, e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas. Somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las (AL, n. 37).

Em toda e qualquer circunstância, perante quem tenha dificuldade de viver plenamente a lei de Deus, deve ressoar o convite para percorrer a *via caritatis*, o caminho do amor. A caridade fraterna é a primeira lei dos cristãos, conforme o mandamento de Jesus: “amai-vos uns aos outros, como eu vos amo” (Jo 15,12). Ela constitui a plenitude da lei (Gal 5,14). Sem diminuir o ideal evangélico, deve-se acompanhar com misericórdia e paciência as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se constroem dia a dia. A misericórdia do Senhor nos incentiva a praticar o bem possível (AL, n. 306 e 308). Não se pode dizer que todos os que estão numa situação chamada irregular vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante. Um pastor não pode estar satisfeito apenas com a aplicação da lei moral aos que vivem nessa situação, como se fossem pedras atiradas contra a vida das pessoas. Por causa de condicionamentos ou de fatores atenuantes, pode-se viver na graça de Deus, amar e também crescer na vida da graça e da caridade, recebendo para isso a ajuda da igreja que inclui os sacramentos (AL, n. 301, 305 e nota 351).

A questão do acesso aos sacramentos para os fiéis que vivem em situação irregular, diz respeito a pessoas conviventes não casadas, a divorciados recasados e a uniões homoafetivas. É algo delicado e complexo que há décadas pastores e teólogos buscam solução. O papa não dá uma solução taxativa e abrangente, mas abre caminho aos pastores para que, no acompanhamento dos fiéis e no respeito ao seu discernimento, possam lhes ministrar os sacramentos.

Outro passo inovador é o documentário *Francesco*, de 2020, produzido pelo cineasta russo Evgeny Afineevsky, com declarações do papa em favor de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo. Em trechos de uma entrevista editada, Francisco diz: “Os homossexuais têm direito de fazer parte da família. São filhos de Deus e têm direito a uma família. Ninguém pode ser expulso da família, e a vida dessas pessoas não pode

se tornar impossível por esse motivo”. E em seguida: “O que precisamos é criar uma lei de convivência civil, pois elas têm o direito de estar cobertas legalmente. Eu defendi isso”.

O documentário mostra também o católico italiano Andrea Rubera que, com seu companheiro, têm três filhos. Rubera escreveu ao papa, dizendo que queria levar seus filhos à paróquia, mas tinha medo de que eles fossem discriminados e sofressem traumas. Francisco lhe telefonou e apoiou dizendo: “Por favor, leve seus filhos à paróquia, seja transparente com a paróquia a respeito de sua família. Certamente nem todos estarão de acordo com uma família assim, mas vai ser bom para as crianças”. E Rubera conta que foi um grande conselho, pois já é o terceiro ano que seus filhos frequentam a paróquia e tudo vai bem (PIQUÉ, 2021).

O papa utiliza aí o termo família em sentido lato, abrangendo a união homossexual e seus filhos. É uma linguagem coloquial em contexto pastoral. Não é o sentido estrito que tem na doutrina católica, como comunidade de amor e vida fundada na união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher. Mas é uma configuração familiar que merece proteção legal e acolhimento da comunidade eclesial

#### **4 - Gestos proféticos e caminhos a percorrer**

Além de palavras oportunas, o Papa fez um gesto surpreendente em 2015, recebendo em sua casa a visita do transexual espanhol Diego Neria e de sua companheira. A história de Diego é emblemática da condição transexual, do preconceito atroz e do seu enfrentamento. Ele nasceu com corpo de mulher, mas desde criança sentia-se homem. No Natal, escrevia aos reis magos pedindo como presente tornar-se menino. Ao crescer, resignou-se à sua condição. “Minha prisão era meu próprio corpo, porque não correspondia absolutamente ao que minha alma sentia”, confessa. Diego escondia esta realidade o quanto podia. Sua mãe pediu-lhe que não mudasse o seu corpo enquanto ela vivesse. E ele acatou este desejo até a morte dela. Quando ela morreu, Diego tinha 39 anos. Um ano depois, ele começou o tratamento transexualizador. Na igreja que frequentava, despertou a indignação das pessoas: “como se atreve a entrar aqui na sua condição? Você não é digno”. Certa vez, chegou a ouvir de um padre: “Você é filha do diabo”! Mas felizmente ele teve o apoio do bispo de sua diocese, que lhe deu ânimo e consolo. Isto encorajou Diego a escrever ao Papa Francisco e a pedir um encontro com ele. O Papa o recebeu e o abraçou no Vaticano, na presença da sua companheira. Hoje, Diego Neria é um homem em paz (HERNÁNDEZ, 2015).

Sobre os encontros que teve com pessoas homossexuais, transexuais e seus respectivos companheiros, o papa comentou: “as pessoas devem ser acompanhadas

como as acompanha Jesus. [...] em cada caso, acolhê-lo, acompanhá-lo, estudá-lo, discernir e integrá-lo. Isto é o que Jesus faria hoje” (FRANCISCO, 2016). Gestos como estes do papa valem mais que mil palavras. Se todas as famílias que têm filhos ou parentes LGBT+ fizessem o mesmo, recebendo-os em casa com seus companheiros, muitos problemas e dramas humanos seriam resolvidos.

A realidade dos LGBT+ não é simples, mas contém apelos urgentes e desafios à evangelização. A leitura crítica da Sagrada Escritura, a devida atenção aos resultados das ciências, os diversos matizes da moral e a fidelidade à própria consciência, são elementos que tornam o ensinamento da Igreja um conteúdo rico e dinâmico na vida dos fiéis. Ajudam muito a missão evangelizadora junto àquela população.

Não se deve buscar na Bíblia ou na doutrina um manual de instrução de um eletrodoméstico, ou um código moral completo, universal e imutável. Muitas vezes se fazem citações descontextualizadas da Bíblia e simplificações indevidas da doutrina, com extrema rigidez e um terrível ímpeto condenatório dirigido aos LGBT+. Alguns falam de “textos do terror” ou de “balas bíblicas” usadas contra estas pessoas. A pregação, em vez de curar feridas e aquecer o coração, traz mais devastação, e a Palavra do Deus da vida se torna palavra de morte. Não se deve jamais tratar esses indivíduos como endemoninhados a serem exorcizados, ou submetê-los à oração de “cura e libertação” para mudarem a sua condição ou identidade.

Na Igreja Católica, hoje, há diferentes tipos de apostolado junto aos LGBT+. Um deles é o grupo *Courage*, apoiado pela Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos. Esta desaconselha pessoas homossexuais a se definirem primeiramente pela sua inclinação sexual, bem como de participarem de “subculturas gays”, que tendem a promover um estilo de vida imoral (USCCB, 2006, p. 22 e nota 44). Há outros grupos cuja ênfase é a inclusão e a cidadania dos LGBT+ na Igreja e na sociedade, a cura das feridas, o crescimento na fé e o respeito pela consciência nas escolhas de vida. Estes grupos formaram a Rede Global de Católicos Arco-íris (GNRC, 2015) e, no Brasil, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+ (REDE).

Não faltam divergências e conflitos a respeito da diversidade sexual e de gênero. Mas também não é necessário esperar a sua resolução. Há posições e práticas já legitimadas que podem ser adotadas e difundidas. A descriminalização da homossexualidade e da transgeneridade no mundo inteiro deve ser defendida com vigor, bem como o enfrentamento da violência física, verbal e simbólica feita aos LGBT+. Os exemplos e palavras de acolhida do Papa Francisco são valiosos. É neste acolhimento que o verdadeiro encontro é possível, com conhecimento mútuo e interação positiva, sem deixar que o preconceito e o medo criem fantasmas. Ser Igreja em saída

e alcançar as periferias existenciais é fazer resplandecer o rosto de Cristo, que cura feridas, aquece os corações e a todos oferece o Seu jugo leve e o Seu fardo suave.

### 5 Questões para orientar a reflexão:

- Você tem contato com pessoas LGBT+?
- Conhece as suas dores e o preconceito contra elas?
- Como abrir caminhos para o acolhimento e a cidadania?

### Siglas

AL: *Amoris laetitia*

CIC: *Catecismo da Igreja católica*

DH: *Dignitatis humanae*

DV: *Dei verbum*

EG: *Evangelii gaudium*

GS: *Gaudium et spes*

UR: *Unitatis redintegratio*

GNRC : Global network of rainbow catholicism

PCB: Pontifícia Comissão Bíblica

USCCB: Unites States Conference of Catholic Bishops

### Referências

BENTO XVI. *Entrevista do papa Bento XVI a representantes de canais televisivos alemães e da Rádio Vaticano em preparação para a viagem à Alemanha*. 5 ago. 2006. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

*Catecismo da Igreja Católica*). Roma: Editrice Vaticana, 1997 (primeira edição, provisória: 1992). Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

CONCÍLIO VATICANO II. *Declaração Dignitatis Humanae*. Sobre a liberdade religiosa. Roma, 1965. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição dogmática Dei Verbum*. Sobre a revelação divina. Roma, 1965. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes*. Sobre a Igreja no mundo atual. Roma, 1965. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Unitatis Redintegratio*. Sobre o ecumenismo. Roma, 1964. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

FRANCISCO. *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia*. Roma, 2016. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)

- FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. Roma, 2013. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)
- FRANCISCO. *Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso*. 28/7/2013a. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)
- FRANCISCO. Entrevista ao papa Francisco: Pe. Antonio Spadaro. 19 ago. 2013b. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)
- FRANCISCO. *Conferência de imprensa do santo padre durante o voo Baku-Roma*. 2 out. 2016. Disponível em: [www.vatican.va](http://www.vatican.va)
- GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS. 2015. Disponível em: [www.rainbowcatholics.org](http://www.rainbowcatholics.org)
- HERNÁNDEZ, A. El bendito encuentro entre Francisco y Diego. 26/1/2015. Disponível em: [www.hoy.es](http://www.hoy.es)
- JESUS, J. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: [www.sertao.ufg.br](http://www.sertao.ufg.br)
- LANCELOTTI, J. *Postagem*. 9/6/2015. Disponível em: [www.facebook.com/AmigoseTribos](https://www.facebook.com/AmigoseTribos)
- LIMA, L. "Pastoral dos LGBT". *Theologica Latinoamericana*. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [www.theologicalatinoamericana.com/?p=1493](http://www.theologicalatinoamericana.com/?p=1493)
- PIQUÉ, E. "El Papa pidió una ley de convivencia civil para los gays: 'tienen derecho a estar cubiertos legalmente'". *La Nación*, 21 out. 2021. Disponível em: [www.lanacion.com.ar](http://www.lanacion.com.ar)
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA). "*Che cosa è l'uomo?*" (Sal 8,5): un itinerario di antropologia bíblica. Vaticano, 2019. Disponível em: <www.vatican.va>.
- REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT. Disponível em: [www.redecaticoslgbt.com.br](http://www.redecaticoslgbt.com.br)
- UNITED STATES CONFERENCE OF CATHOLIC BISHOPS). *Ministry to persons with a homosexual inclination: guidelines for pastoral care*. Washington, DC, 2006. Disponível em: <www.usccb.org>.
- VIDE, S. M. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707)*. Brasília: Senado Federal, 2007.